



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

ATA N.º 5

-----Aos vinte e seis dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e catorze, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Moura, tendo estado presentes: -----

----- **Presidente:**----- **Santiago Augusto Ferreira Macias**-----

-----**Vereadores:** ----- **Francisco Manuel Canudo Sena**-----

----- **António José dos Santos Gomes**-----

----- **Maria do Céu Rato Santa Maria Gonçalves**-----

----- **Maria de Fátima Branco Roberto Ourives**-----

----- **Joaquim António Senrada Simões**-----

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS**-----

-----De acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, foi justificada a falta do Vereador José Gonçalo Garradas Valente à presente reunião. -----

-----A reunião foi secretariada pela Dr.ª Maria de Lurdes Soares, coadjuvada pela funcionária Cidália Isabel Floreano Figueira. -----

-----**ABERTURA OFICIAL DA REUNIÃO**-----

-----Após verificação da existência de quórum foi pelo Presidente declarada aberta a reunião, com os pontos constantes da seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----**CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA**-----

-----Agradecimento pela Colaboração e Disponibilidade prestada pelo Município ao Cessar Funções de Diretor Executivo do Conservatório Regional do Baixo Alentejo-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Comissão Interministerial de Limites e Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas - Apreço pela Colaboração prestada no envio da Ata de Reconhecimento de Fronteira -----

-----Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português - Repartição das Receitas das Custas dos Julgados de Paz -----

-----Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português - Reforço dos Meios para o Funcionamento e Manutenção da Atividade e dos Serviços das Assembleias Distritais -----

-----PRESIDÊNCIA-----

-----Proposta de Contrato-Programa entre o Município de Moura e a Herdade da Contenda, E.M. -----

-----Proposta de Aprovação de Contrato-Programa referente ao Apoio a Atividades Educativas, Sociais, Culturais e de Cooperação para o Desenvolvimento a desenvolver pela COMOIPREL -----

-----Proposta de Celebração de Acordo de Execução, Contratos Interadministrativos e Protocolos de Colaboração no âmbito da Delegação de Competências entre o Município e as Freguesias -----

-----Proposta de Adesão da Câmara Municipal de Moura à Associação das Rotas dos Vinhos de Portugal e como representantes do Município nesta Associação os Vereadores Maria do Céu Rato e Joaquim Simões -----

-----Proposta do tema Educação na próxima Câmara Aberta - Realização entre 11 e 14 de Março -----

-----DEPARTAMENTO SÓCIO CULTURAL-----

-----Proposta de Apoio Financeiro à Junta de Freguesia de Amareleja para a realização do Desfile de Estudantinas de Carnaval -----

-----Proposta de Projetos de Regulamento do Pavilhão Gimnodesportivo, da Piscina Coberta e da Piscina de Ar Livre -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Proposta de Concurso para Concessão da Exploração do Bar da Piscina Municipal-----

-----Proposta de Aprovação da Moção " No Combate ao Cancro, todos Somos Poucos, em Defesa dos Doentes Oncológicos"-----

-----DEPARTAMENTO TÉCNICO MUNICIPAL-----

-----Isenção de Pagamento de Ramal Domiciliário de Águas Residuais - Avenida 1.º de Maio, 5 r/c, em Moura-----

-----Rescisão dos Contratos realizados com a Empresa DHV S.A. e Recusa do Pedido de Cessão de Posição Contratual - Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) do Concelho de Moura-----

-----Empreitada de Ligação de Esgotos à ETAR de Moura - Plano de Segurança e Saúde-----

-----Empreitada de Pavimentação do Recinto do Mercado da Amareleja - Plano de Segurança e Saúde-----

-----Execução de Canal de Águas Pluviais na Ribeira de Vale de Juncos, em Amareleja - Plano de Segurança e Saúde-----

-----VOTAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR-----

-----Após análise e discussão da ata n.º 4, referente à reunião de 12/02/2014, foi a mesma colocada à votação e aprovada por unanimidade.-----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----Neste período o Presidente informou ter procedido à assinatura de um Edital relativo a prolongamentos de horário dos bares na época de Carnaval, os quais à semelhança de anos anteriores passam pelo seu encerramento às quatro da manhã de sexta-feira para sábado, seis da manhã de sábado para domingo e ainda seis da manhã de segunda-feira para terça-feira. Ainda em relação a este período de Carnaval, informou que se iria proceder a dois cortes ao trânsito, um solicitado pela Comissão de Festas de Nª Srª do Carmo, em frente à Caixa Agrícola, e outro para sábado à tarde nos Cantos de João Mendes. Seguidamente o Presidente informou



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

acerca do montante em dívida referente às rendas do Girassol, o qual perfaz, sem juros, o montante de quarenta e oito mil novecentos e um euros, com juros de cinquenta e dois mil duzentos e quatro euros, questão que lhe havia sido solicitada pelo vereador Francisco Canudo. -----

-----Na sequência da informação prestada, o vereador Francisco Canudo questionou qual o significado destes valores em termos percentuais tendo o Presidente informado não ter disponível essa informação pelo facto de existirem valores que iriam ser alvo de planos de pagamento realistas, não podendo ser introduzidos elementos de injustiça para com pessoas que não possuam habitação.--

-----A vereadora Fátima Ourives pediu a palavra para colocar algumas questões. Inquiriu primeiramente se já existe disponibilizado um espaço no edifício da Câmara Municipal para os vereadores do Partido Socialista. De seguida referiu-se a um assunto já abordado anteriormente, que se prendia com o esgoto a céu aberto, no Mourasol, pretendendo saber se já havia sido resolvida a situação. Fez ainda referência aos buracos, que se encontram um pouco por toda a cidade, desconhecendo se seriam ou não decorrentes de algumas obras que se encontram em curso, que apresentam remendos que acabam por se deteriorar e piorar ainda mais a circulação. Por último fez ainda alusão às obras que decorrem na Zona Industrial, pretendendo saber qual o ponto da situação, uma vez ter sido esta uma questão suscitada por alguns empresários, que sentem dificuldades no desenvolvimento das suas atividades com normalidade, questionando o porquê, duma obra daquela dimensão, ter desde algum tempo a esta parte apenas dois trabalhadores a trabalhar no local. -----

-----O vereador Francisco Canudo pediu de seguida o uso da palavra para felicitar o Presidente, pelo cargo de Secretário da Assembleia Intermunicipal da Associação Transfronteiriça das Terras do Grande Lago. Dado ter decorrido uma reunião no passado dia treze de fevereiro, na qual foram discutidas várias matérias, nomeadamente aquelas que terão a ver com o desenvolvimento que o Grande Lago de Alqueva poderá propiciar, como o "Projeto Sky", desta forma o vereador solicitou ao Presidente que prestasse informações mais detalhadas, nomeadamente decisões tomadas em termos de planeamento. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----O Presidente transmitiu que na passada semana esteve em São Tomé e Príncipe no âmbito de um acordo de cooperação existente entre a Câmara Municipal de Moura e a Câmara Distrital de Lembá. Adiantou que, desse acordo viria a resultar um protocolo de geminação entre ambos os municípios, e que será concretizado no terreno, não só por troca de delegações, mas através dum programa a desenvolver, extensível a outros municípios portugueses e são-tomenses, que passaria por acções de dinamização de leitura. Havia sido solicitado o levantamento de um edifício, tendo sido efectuado não de um mas de dois, e pensa agora a Câmara que, de forma expedita, prática e pouco dispendiosa, já que os meios que eles dispõem são muito inferiores aos nossos, poder concretizar o Plano de Leitura Pública, eventualmente em articulação com entidades que superintendam essa área, com a intervenção e ajuda da Fundação Calouste Gulbenkian, a qual tem vindo a dedicar-se nestes últimos tempos à cooperação com os países africanos de língua oficial portuguesa. --

----- Em relação às matérias colocadas pelo vereador, o Presidente reconheceu que de facto a cedência de espaço para os vereadores do PS tem levado algum tempo, mas não mais do que aquele que tem decorrido em todas as intervenções e melhoramentos em espaços camarários, informando que se pretende destinar aos vereadores do Partido Socialista uma sala que se encontra disponível no primeiro andar do Centro de Joalheria Gordilho; no que diz respeito ao esgoto localizado no Mourasol, e não estando presente na reunião o vereador José Gonçalo para prestar esclarecimentos mais detalhados, o Presidente informou que no decorrer da semana seria enviada documentação por escrito para conhecimento dos vereadores; quanto à questão dos buracos nas ruas, a Câmara tem vindo a fazer um levantamento exaustivo no sentido de saber quais as artérias que se apresentavam em pior estado, tendo sido constatado que existem vários níveis e tipos de responsabilidade. Referiu que, em rigor, sempre que existe uma rotura numa zona que tenha sido alvo de intervenção, a Câmara não deveria ter qualquer interferência, pois ao fazê-lo, a empresa poderia alegar que a intervenção da Câmara foi inadequada ou que violou princípios contratuais ou ainda que o que foi feito foi além do que deveria ter sido realizado. Esclareceu que obviamente a Câmara perante a existência de determinada rotura não poderia ficar à espera que a empresa viesse a proceder à



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

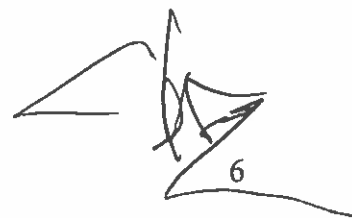
referida reparação, constatando-se também que estas intervenções/reparações têm vindo a ser feitas de forma sistemática. Afirmou ainda, que a Câmara não podia declinar a responsabilidade pelo mau estado do pavimento em várias artérias, no entanto, esta situação é imputável a obras realizadas por firmas como a DSTelecom, outras surgem na sequência de intervenções quer da 1ª, quer da 2ª fase das águas e saneamento e outras ainda de intervenções pontuais. Adiantou que, na sequência deste levantamento, a Câmara passará a estar mais atenta e focada nas intervenções deste tipo, frisando também que esta época do ano com estes períodos de chuva, não seria a mais indicado para iniciar a resolução deste tipo de problema.. No que diz respeito à Zona Industrial, informou, a obra tem estado a decorrer, mas não só com dois trabalhadores, referindo haver algum equívoco face a este facto. O Presidente referiu-se ainda ao facto da Câmara não ter grande folga em termos financeiros, tendo vindo a receber atualmente pedidos de pagamento referentes a obras efectuadas, cujos valores rondam um milhão e duzentos mil euros, o que não será de todo um valor pequeno perante aquelas que são as atuais disponibilidades financeiras da Câmara Municipal. Ressalvou contudo, que se tem vindo a conseguir fazer face às despesas, referindo-se às obras do Edifício dos Quartéis em conclusão; à empreitada da Ribeira da Perna Seca em conclusão; da Zona industrial em decurso e à obra de construção do Pavilhão das Cancelinhas em processo de iniciação, tendo-se também concluído e procedido ao pagamento recentemente da quase totalidade da obra realizada na Escola de Santo Aleixo da Restauração. No que diz respeito à Associação Terras do Grande Lago, informou o Presidente não ter estado presente na reunião referida. -----

-----Não havendo mais intervenções o Presidente deu como encerrado este período.-----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

-----RESUMO DIÁRIO-----

-----DOC. 01/05 -----



6



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Foi presente resumo diário número trinta e cinco, da Tesouraria, referente ao dia vinte e cinco do mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze, que regista um saldo de dois milhões, cento e oitenta e cinco mil, cento e sessenta e seis euros e sessenta e dois cêntimos, em Operações Orçamentais.-----

-----**TOMADO CONHECIMENTO**-----

-----**CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA**-----

-----**AGRADECIMENTO PELA COLABORAÇÃO E DISPONIBILIDADE PRESTADA PELO MUNICÍPIO AO CESSAR FUNÇÕES DE DIRETOR EXECUTIVO DO CONSERVATÓRIO REGIONAL DO BAIXO ALENTEJO**-----

-----**DOC.02/05**-----

-----Foi presente ofício do Diretor Executivo do Conservatório Regional do Baixo Alentejo, José Filipe Silva Guerreiro a dar conhecimento da cessação das suas funções nesta instituição, bem como a manifestar o seu agradecimento pela disponibilidade, e colaboração prestada pela Câmara Municipal de Moura no decorrer das mesmas.-----

-----**TOMADO CONHECIMENTO**-----

-----**COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE LIMITES E BACIAS HIDROGRÁFICAS LUSO-ESPAÑHOLAS - APREÇO PELA COLABORAÇÃO PRESTADA NO ENVIO DA ATA DE RECONHECIMENTO DE FRONTEIRA**-----

-----**DOC.03/05**-----

-----Foi presente para conhecimento e-mail enviado pela Comissão Interministerial de Limites e Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas a manifestar o apreço pela colaboração prestada pelo Município de Moura no âmbito das acções desenvolvidas por essa comissão, congratulando-se ainda com o facto que, em 2013, pelo 7º ano consecutivo, todos os municípios fronteiriços terem efetuado as Atas de Reconhecimento de Fronteira, dando cumprimento às disposições do Tratado de Limites de 1864 e do Convénio de Limites de 1926.-----

-----**TOMADO CONHECIMENTO**-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS - REPARTIÇÃO DAS RECEITAS DAS CUSTAS DOS JULGADOS DE PAZ -----

-----DOC.04/05 -----

-----Foi presente e-mail enviado pelo Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PCP, Pedro Ramos, a dar conhecimento da Pergunta dirigida ao Governo (através do Ministério da Justiça) apresentada pelo Deputado António Filipe da Direção deste Grupo Parlamentar na Assembleia da República, sobre a "Repartição das receitas das custas dos julgados de paz".-----

-----TOMADO CONHECIMENTO -----

-----GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS - REFORÇO DOS MEIOS PARA O FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE E DOS SERVIÇOS DAS ASSEMBLEIAS DISTRITAIS -----

-----DOC.05/05 -----

-----Foi presente e-mail do Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PCP, Pedro Ramos, a dar conhecimento da entrega no dia 13/02/2014 na Assembleia da República, do Projeto de Resolução n.º 947/XII – 3ª, o qual visa o "Reforço dos meios para o funcionamento e manutenção da actividade e dos serviços das Assembleias Distritais".-----

-----TOMADO CONHECIMENTO -----

PRESIDÊNCIA

-----PROPOSTA DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE MOURA E A HERDADE DA CONTENDA, E.M.-----

-----DOC.06/05 -----

-----Foi presente proposta subscrita pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal de Moura, José Gonçalo Valente a submeter à apreciação do órgão executivo a assinatura do Contrato-Programa a celebrar entre o Município de Moura e a Herdade da Contenda, E.M., para vigorar durante o ano de 2014. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Pedi a palavra o vereador Francisco Canudo para fazer referência que da leitura que havia feito ao Contrato-Programa ressaltavam algumas preocupações, que informou, não permitiria aos vereadores do Partido Socialista votar favoravelmente o documento, sendo o sentido de voto contra, com os fundamentos que passaria a referir. Esclareceu não estar causa o valor dos cento e cinquenta mil euros que constavam na primeira cláusula do documento, embora os vereadores soubessem que os valores do município a afectar à Empresa Municipal seriam superiores, nomeadamente em termos de recursos humanos – sapadores florestais; meios e equipamentos como maquinaria e viaturas e certamente também consumíveis e combustíveis, que não estando englobados na referida verba, posteriormente estariam, considerando que este valor acabaria por ser significativamente maior. Mais acrescentou, que no ano de 1997, quando ele saiu da Contenda, a Câmara Municipal recebia cerca de nove mil contos. Referiu ainda que na 2ª cláusula existiam dois aspectos sobre os quais já havia falado anteriormente quando abordou o tema da Contenda de forma mais alargada, e seriam eles concretamente o ponto 2.4, a possibilidade de criação de um efectivo de porco alentejano, sobre o qual se havia pronunciado de forma bastante clara contra a incompatibilidade deste tipo de efectivo com todo o plano de exploração da Contenda, nomeadamente contra a componente de natureza ambiental na sua vertente genérica. Para além deste aspeto, no ponto 2.3 da mesma cláusula em que é referida a manutenção da equipa de sapadores florestais e a passagem destes para a responsabilidade da Empresa Municipal, poderia não acontecer, por questões legais, podendo esta acabar por trazer complicações graves para a Câmara Municipal, nomeadamente levar a que a entidade que comparticipa com 75% dos custos à referida equipa, não o continue a fazer. A Contenda E.M. poder-se-á candidatar à constituição de uma equipa própria de sapadores florestais, mas a Câmara não poderá transferir a gestão e as competências que exerce sobre a equipa para outra entidade. Frisou, que a lei é clara quanto a esta matéria, recordando o vereador Francisco Canudo ao Presidente a sua manifesta preocupação aquando da contratação dos dois sapadores.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

Acrescentando que neste âmbito tinha contactado com entidades como o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, tendo sido informado da impossibilidade desta transferência de competências, daí a intenção de voto dos vereadores do Partido Socialista. -----

-----No uso da palavra o vereador António Gomes, explicou que a sua apreciação não se restringia apenas à proposta em apreciação, do Contrato Programa com a Herdade da Contenda E.M., tendo mais a ver com a generalidade das empresas municipais e com a Comoiprel. Frisou ser uma apreciação do ponto de vista financeiro, não em termos absolutos, mas sim em termos relativos, manifestando a opinião que os valores que a autarquia transfere para estas entidades, deveriam ser avaliados numa relação custo/benefício. Aludiu não se estar a colocar obviamente em causa a sua utilidade, o benefício e as vantagens para os munícipes e para o município das atividades desenvolvidas por todas estas entidades. No entanto, frisou que futuramente deveria ser desenvolvida uma acção que permitisse junto dessas procurar a incrementação de modelos de gestão, que permitissem, caminhar no sentido da sustentabilidade, processo que se vislumbra não ser fácil. Concluiu a sua intervenção sublinhando a importância de que os próximos exercícios 2015/2016 a autarquia viesse a promover junto dessas entidades gestoras, da administração dessas empresas, e da Comoiprel, uma análise aprofundada dos indicadores de gestão, especialmente dos indicadores de eficiência, por forma a tentar minimizar os custos e a melhorar desta forma a *performance* dessas empresas e a reduzir tanto quanto possível o encargo financeiro da Câmara com essas entidades. -----

-----O Presidente referiu que os contratos programa eram preparados por juristas, embora aquilo que estaria na sua génese seria naturalmente a vontade política e as indicações dadas, a forma como estes seriam consubstanciados, traduzidos e postos em "letra de forma" são redigidos por juristas, sendo assim portanto da parte da Câmara, considerados válidos. No que concerne, à forma de gestão da equipa de sapadores florestais o Presidente entendeu não existir aqui qualquer transição em termos de conteúdos funcionais, tratando-



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

se sim, e apenas, de uma participação naquilo que será o quotidiano da Herdade da Contenda. Acrescentou ainda, que lhe parecia ser importante que a mesma tivesse regressado à posse do município ainda que com alguns custos associados, garantindo que tal também terá benefícios, sendo isto válido tanto para a Contenda como para a Lógica, e ainda para outras matérias. Quanto a este último aspeto sublinhou que nunca se colocou em causa que quando o município recebeu dezassete mil euros, ninguém havia questionado a validade da existência daquela estrutura, sendo este de facto um benefício direto e indirecto que o município de Moura teve. Referiu não conseguir quantificar quais os indicadores que existem numa entidade como a Comoiprel que todos os anos produz uma mais valia significativa, que são os jovens que ali são formados, no entanto compartilhava as preocupações que o vereador tinha em relação ao dispêndio e à injeção financeira que a Câmara todos os anos faz numa entidade como é a Comoiprel. Não obstante o referido, esta conseguiu afirmar-se não só no concelho de Moura, como no seu exterior, nomeadamente através da cooperação internacional por via da sua acção, constatando que custa dinheiro à Câmara. Contudo, pensando no investimento que é feito por exemplo na rede de água e esgotos, o retorno financeiro também acaba por não existir, não podendo a Câmara deixar de fazer, porque de facto dá prejuízos a todos os níveis, que vão desde a sua exploração, até ao dia a dia, à semelhança do que acontece com a recolha do lixo, em que aquilo que é cobrado ao município e aquilo que é pago pelos munícipes não chega de forma alguma para pagar a deposição em aterro. Mais referiu o Presidente, estar de acordo com as preocupações manifestadas em relação aquilo que a Câmara faz do ponto de vista financeiro com este tipo de entidades, entendendo também ser uma obrigação desta promover esforços na educação, por exemplo, como a Comoiprel, e acompanhá-la, melhorando a sua gestão. ----

-----O vereador António Gomes pediu a palavra para clarificar uma questão face às afirmações que o Presidente havia acabado de fazer, julgando não ter sido bem interpretada a sua intervenção. Referiu que das suas intervenções havia ficado claro que reconhecia na íntegra a utilidade para o município de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

todas as entidades referidas, no entanto, aquilo a que tinha feito referência teria sido ao modelo de organização e gestão, não se referindo aos indicadores financeiros nem aos retornos que adviessem das atividades dessas entidades, que legitimassem ou não o investimento que a Câmara fazia, acreditando no entanto que justificariam. Frisou achar que seria possível existir esse retorno eventualmente num reforço de medidas de organização e gestão, sendo desta forma possível ter o mesmo retorno, e eventualmente, com menos esforço financeiro. -----

-----DELIBERADO, POR MAIORIA, COM TRÊS VOTOS A FAVOR DOS ELEITOS DA CDU E O VOTO DE QUALIDADE DO PRESIDENTE, E TRÊS VOTOS CONTRA DOS ELEITOS DO PS, APROVAR A ASSINATURA DO CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE MOURA E A HERDADE DA CONTENDA, E.M., PARA VIGORAR DURANTE O ANO DE 2014.---

-----DELIBERADO AINDA, SUBMETER O ASSUNTO À APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

-----PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA REFERENTE AO APOIO A ATIVIDADES EDUCATIVAS, SOCIAIS, CULTURAIS E DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO A DESENVOLVER PELA COMOIPREL-----

-----DOC.07/05 -----

-----Foi presente proposta subscrita pelo Presidente da Câmara a submeter à apreciação do órgão executivo a assinatura do Contrato-Programa a celebrar entre a Câmara Municipal de Moura e a Comoiprel, com vista ao apoio a atividades educativas, sociais, culturais e de cooperação para o desenvolvimento, a desenvolver por esta cooperativa.-----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ASSINATURA DO CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA E A COMOIPREL.-----

-----DELIBERADO AINDA, SUBMETER O ASSUNTO À APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE EXECUÇÃO, CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS E PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO NO ÂMBITO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO E AS FREGUESIAS -----

-----DOC.08/05 -----

-----Tendo em conta o enquadramento legal relativamente à delegação de competências entre o Município e as freguesias e considerando o interesse no estabelecimento de formas de cooperação, foi presente proposta do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Moura, de que a Câmara Municipal dê início à abertura do procedimento de negociação tendo em vista a celebração de acordos de execução, contratos interadministrativos e ainda de protocolos de colaboração. -----

-----O vereador Francisco Canudo usou da palavra para manifestar que considerava este assunto um verdadeiro imbróglio, quer para a Câmara, quer para as Juntas de Freguesia, quer na generalidade. Referiu ter estado recentemente num seminário, promovido pela Associação Nacional de Municípios onde comprovou de facto a sua preocupação face às questões complexas, algumas delas que poderão até vir a revestir-se de alguma gravidade. No momento, aludiu que, aparentemente, ainda não se saberia qual a importância que viria a ter o Tribunal de Contas na matéria em causa, não se sabendo também como seria que os acordos de execução, no fundo as peças consideradas fundamentais, se iriam desenvolver, parecendo-lhe que os que já estavam em realização seriam extremamente minuciosos. Por todos estes motivos o vereador Francisco Canudo questionou o Presidente sobre qual a sua opinião acerca da matéria, e como a pensaria resolver, bem como a questão referente à Freguesia de Amareleja referida em última Assembleia Municipal, ser mantida a não retroactividade, ou seja, se esta questão iria ser tida em consideração, e se o princípio de igualdade iria ser ponderado.-----

-----O Presidente, face a esta matéria, informou ter conhecimento de, pela primeira vez a promoção dum seminário com a presença de um Secretário de Estado para explicar uma lei que acabara de entrar em vigor, o que acabaria por significar ser uma lei pouco clara, já para não dizer que possui aspectos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

manifestamente “obscuros”. A única forma que veria para ultrapassar o problema, referiu, seria recorrendo a algo que não se encontrava na lei, o bom senso e a moderação na discussão que iria ter lugar, porque não existindo contratos de execução, não haveria penalidades, o que não deixava de ser bizarro, ou seja, não cumprindo um contrato, nada aconteceria. No entanto, frisou, não seria vontade da Câmara que estes contratos de execução não existissem, mas sim que os houvesse e que os mesmos fossem executados num princípio de equilíbrio e equidade às Juntas de Freguesia, pela existência de uma prática de colaboração que vem desde há muito tempo, com maiores ou menores dificuldades financeiras, com mais ou menos entendimentos. Entretanto, referiu que a Câmara iria continuar esse trabalho, aprofundá-lo e passá-lo à prática. No que à Junta de Freguesia de Amareleja diz respeito, a disponibilidade de negociar abrangeria todas as Juntas não sendo qualquer uma delas excepção, tendo inclusivamente existido já uma reunião nesse quadro, o que a Câmara entende é que não será possível estabelecer princípios de retroactividade em relação ao que já existia, tendo em conta também que houve um contrato e que este havia sido denunciado. A Câmara estaria portanto na disponibilidade de continuar e estabelecer um padrão e um princípio de colaboração com todas as Juntas de Freguesia do concelho, através de contactos, no sentido de trabalhar e seguir em frente.-----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ABERTURA DO PROCEDIMENTO DE NEGOCIAÇÃO TENDO EM VISTA A CELEBRAÇÃO DE ACORDOS DE EXECUÇÃO, CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS E AINDA DE PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO. -----

-----PROPOSTA DE ADESÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA À ASSOCIAÇÃO DAS ROTAS DOS VINHOS DE PORTUGAL E COMO REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO NESTA ASSOCIAÇÃO OS VEREADORES MARIA DO CÉU RATO E JOAQUIM SIMÕES-----

-----DOC.09/05 -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Tendo em conta que o Município de Moura é associado da Associação de Municípios Portugueses do Vinho, foi presente proposta subscrita pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal, José Gonçalo Valente no sentido de a Câmara Municipal de Moura aderir à Associação das Rotas dos Vinhos de Portugal, por esta constituir uma mais valia na promoção da viticultura e das relações entre os vários agentes ligados ao sector do vinho dentro do território de influência da Associação. Propôs ainda que os representantes do Município de Moura nesta associação sejam os Vereadores Maria do Céu Rato e Joaquim Simões. -----

-----**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ADESÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA À ASSOCIAÇÃO DAS ROTAS DOS VINHOS DE PORTUGAL.** -----

-----**DELIBERADO AINDA, APROVAR COMO REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO DE MOURA NESTA ASSOCIAÇÃO OS VEREADORES MARIA DO CÉU RATO E JOAQUIM SIMÕES.** -----

-----**PROPOSTA DO TEMA EDUCAÇÃO NA PRÓXIMA CÂMARA ABERTA - REALIZAÇÃO ENTRE 11 E 14 DE MARÇO** -----

-----**DOC.10/05** -----

-----Foi presente proposta subscrita pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal de Moura, José Gonçalo Valente no sentido de a próxima Câmara Aberta incidir na área da Educação, devendo as respetivas atividades desenrolar-se entre os dias 11 e 14 de março do corrente ano. -----

-----**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA SUPRAMENCIONADA, NO SENTIDO DE A PRÓXIMA CÂMARA ABERTA INCIDIR NA ÁREA DA EDUCAÇÃO, COM A REALIZAÇÃO DAS RESPETIVAS ATIVIDADES ENTRE OS DIAS 11 E 14 DE MARÇO DO CORRENTE ANO.** -----

-----**DEPARTAMENTO SÓCIO CULTURAL** -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DE AMARELEJA PARA A REALIZAÇÃO DO DESFILE DE ESTUDANTINAS DE CARNAVAL -----

-----DOC.11/05 -----

-----Foi presente proposta subscrita pela Vereadora Maria do Céu Rato a submeter à apreciação do órgão executivo a atribuição de uma comparticipação financeira no valor de mil euros à Junta de Freguesia de Amareleja, destinada à realização do desfile de Estudantinas de Carnaval, a realizar em Amareleja no próximo dia 4 de março de 2014.-----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UMA COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA NO VALOR DE MIL EUROS À JUNTA DE FREGUESIA DE AMARELEJA, DESTINADA À REALIZAÇÃO DO DESFILE DE ESTUDANTINAS DE CARNAVAL, A REALIZAR EM AMARELEJA NO PRÓXIMO DIA 4 DE MARÇO DE 2014.-----

-----PROPOSTA DE PROJETOS DE REGULAMENTO DO PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO, DA PISCINA COBERTA E DA PISCINA DE AR LIVRE-----

-----DOC.12/05 -----

-----Foi presente proposta subscrita pela Vereadora Maria do Céu Rato a submeter à apreciação do órgão executivo os projectos de regulamento do Pavilhão Gimnodesportivo, da Piscina Coberta e da Piscina de Ar Livre, com vista a que sejam submetidos a discussão pública, para recolha de sugestões, durante um período de trinta dias e posteriormente, à aprovação da Assembleia Municipal. -----

-----Neste período a vereadora Fátima Ourives pediu a palavra para questionar o motivo da apresentação das propostas de projectos de regulamentos em apreciação, uma vez que julgava que a legislação continuava a mesma, e se entre os regulamentos em vigor e as atuais propostas de regulamento existiriam alterações significativas. Questionou ainda acerca da Proposta de Projecto de Regulamento da Piscina de Ar Livre, mais concretamente no que se refere ao ponto 1 do art.º7º -“É permitida a utilização nas piscinas de bóias e colchões pneumáticos, podendo, contudo, o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

responsável pela piscina proibir esta utilização, desde que a grande afluência de banhistas ou qualquer outro motivo o aconselhe.” Mencionando não lhe parecer razoável que numa piscina com aquelas dimensões viessem a existir colchões pneumáticos, aludindo a que a ser regulado, o responsável que estivesse de serviço na piscina poder-se-ia futuramente ver confrontado com situações de conflito entre utentes e funcionários, pelo que deixou a sugestão da questão ser revista. A vereadora Fátima Ourives deixou ainda um reparo ao documento: Projeto de Regulamento do Pavilhão Gimnodesportivo que no ponto 1 do art.º6º lê-se “devem do” em vez de “devendo”.-----

-----Relativamente à Piscina Coberta, o vereador António Gomes referiu ter preconizado que esta, deveria estar a funcionar durante todo o ano, uma vez que segundo a opinião dos vereadores do Partido Socialista, não faria muito sentido que os utilizadores da referida piscina, que a usavam por razões de ordem terapêutica – acidentes, pessoas com problemas de AVC, idosos – ou até pessoas que a utilizavam por questões de prevenção não podendo fazê-lo em água fria, ficassem impedidos durante largos meses do ano de utilizar aquele equipamento. Desta forma, o vereador questionou se da parte do executivo camarário, que se encontra neste momento em maioria a gerir a Câmara Municipal, haveria alguma abertura para que analisasse a possibilidade de a manter a funcionar durante todo o ano.-----

-----O Presidente passou a palavra ao vereador Joaquim Simões que começou por responder à questão da vereadora Fátima Ourives, referindo que para que as infraestruturas funcionassem em pleno seria necessário e importante que as normas e os regulamentos se encontrassem o mais completos e detalhados possível. Esclareceu ter havido necessidade de fazer algumas adaptações e reformular alguns pontos, no entanto, referiu, o documento em causa não era considerado uma “carta fechada”, uma vez que este iria ser afixado pelo período de um mês, para uma consulta prévia, da qual pudessem resultar propostas à Câmara Municipal, no sentido de alterar ou até acrescentar alguns pontos, informando a vereadora Fátima Ourives que poderia colocar por escrito a sugestão anteriormente colocada. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----O Presidente usou da palavra para transmitir à vereadora Fátima Ourives, que do seu ponto de vista pessoal, compreendia e até partilhava a preocupação desta em relação à utilização dos colchões pneumáticos, podendo esta ser uma questão a considerar. Adiantou que em próximas reuniões de Câmara haveriam de surgir outros regulamentos actualizados e melhorados, sendo importante que este fosse um processo participativo, daí a razão do tempo para consulta. No que à Piscina Coberta diz respeito, a possibilidade de funcionar durante todo o ano, esta traria dificuldades nessa área, quer em termos de recursos humanos, quer, sobretudo, em termos de custos de manutenção permanentes que a piscina em causa exige. -----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR OS PROJECTOS DE REGULAMENTO DO PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO E DA PISCINA DE AR LIVRE, A SUBMETER À APRECIÇÃO PÚBLICA DURANTE UM PERÍODO DE TRINTA DIAS, PARA POSTERIOR APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

-----DELIBERADO AINDA, POR MAIORIA, COM TRÊS VOTOS A FAVOR DOS ELEITOS DA CDU E TRÊS ABSTENÇÕES DOS ELEITOS DO PS, APROVAR O PROJECTO DE REGULAMENTO DA PISCINA COBERTA, A SUBMETER À APRECIÇÃO PÚBLICA DURANTE UM PERÍODO DE TRINTA DIAS, PARA POSTERIOR APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

-----PROPOSTA DE CONCURSO PARA CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DO BAR DA PISCINA MUNICIPAL -----

-----DOC.13/05 -----

-----Foi presente proposta subscrita pelo Vereador Joaquim Simões a submeter à apreciação do órgão executivo a abertura de concurso público para a concessão da exploração do Bar da Piscina Municipal, sendo a mesma por um período de quatro anos, reservando-se à câmara municipal o direito de rescindir a exploração antes do seu termo, se se verificarem circunstâncias de interesse público que o justifiquem, sendo o concessionário notificado para o efeito, e ainda que se fixe o valor base em setecentos e cinquenta euros. Propôs ainda que o assunto seja submetido à apreciação da Assembleia Municipal.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO PARA A CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DO BAR DA PISCINA MUNICIPAL, SENDO A MESMA POR UM PERÍODO DE QUATRO ANOS, RESERVANDO-SE À CÂMARA MUNICIPAL O DIREITO DE RESCINDIR A EXPLORAÇÃO ANTES DO SEU TERMO, SE SE VERIFICAREM CIRCUNSTÂNCIAS DE INTERESSE PÚBLICO QUE O JUSTIFIQUEM, SENDO O CONCESSIONÁRIO NOTIFICADO PARA O EFEITO, E AINDA QUE SE FIXE O VALOR BASE EM SETECENTOS E CINQUENTA EUROS, NOS TERMOS DA PROPOSTA APRESENTADA. -----

-----DELIBERADO AINDA, SUBMETTER O ASSUNTO À APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

-----PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA MOÇÃO " NO COMBATE AO CANCRO, TODOS SOMOS POUÇOS, EM DEFESA DOS DOENTES ONCOLÓGICOS"-----

-----DOC.14/05 -----

-----Foi presente proposta subscrita pelo Vereador Joaquim Simões a submeter à apreciação do órgão executivo a aprovação da Moção "No combate ao Cancro, todos Somos Poucos, em Defesa dos Doentes Oncológicos", aprovada pela Câmara Municipal de Elvas, em reunião de Dezembro de 2013, em que é manifestada total discordância com o teor do Despacho n.º 13877-A/2013, de 30 de outubro, que define os Centros Especializados para Utilização Excecional de Medicamentos (CEUEM), que têm Autorização Especial para uso de terapêuticas inovadoras. Estes encontram-se limitados a três unidades: Lisboa, Coimbra e Porto, tendo os restantes hospitais do Sistema Nacional de Saúde (SNS) que referenciar os doentes a estas unidades.-----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A MOÇÃO "NO COMBATE AO CANCRO, TODOS SOMOS POUÇOS, EM DEFESA DOS DOENTES ONCOLÓGICOS", APROVADA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE ELVAS, EM REUNIÃO DE DEZEMBRO DE 2013, NOS TERMOS DA PROPOSTA APRESENTADA. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

DEPARTAMENTO TÉCNICO MUNICIPAL

ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE RAMAL DOMICILIÁRIO DE ÁGUAS RESIDUAIS - AVENIDA 1.º DE MAIO, 5 R/C, EM MOURA

DOC.15/05

Foi presente para apreciação parecer do Chefe da DOMC, Eng. Helder Dias exarado na informação técnica n.º 35 de 11/02/2014 da DOMC a submeter à aprovação a isenção do pagamento do ramal domiciliário de águas residuais referente à habitação sita na Avenida 1º de Maio, n.º 5, r/c, em Moura, uma vez que a intervenção de correção do referido ramal foi efetuada por iniciativa da entidade gestora.

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, ISENTAR O PROPRIETÁRIO DA HABITAÇÃO SITA NA AVENIDA 1º DE MAIO, N.º 5, R/C, EM MOURA, DO PAGAMENTO DO RAMAL DOMICILIÁRIO DE ÁGUAS RESIDUAIS, NOS TERMOS E COM OS FUNDAMENTOS DO PARECER DO CHEFE DA DOMC, EXARADO NA INFORMAÇÃO TÉCNICA N.º 35 DE 11/02/2014 DA DOMC.

RESCISÃO DOS CONTRATOS REALIZADOS COM A EMPRESA DHV S.A. E RECUSA DO PEDIDO DE CESSÃO DE POSIÇÃO CONTRATUAL - REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL (PDM) DO CONCELHO DE MOURA -

DOC.16/05

Foi presente para apreciação parecer do Chefe da DPAU, André Linhas Roxas exarado na informação técnica n.º 177 de 17/01/2014 da DPAU, a submeter à aprovação do órgão executivo, após audiência prévia da empresa DHV, S.A., a não-aceitação da proposta de cessão de posição contratual, por a mesma não cumprir os requisitos legais; a rescisão dos contratos com a DHV, S.A. e subsequente extinção da relação contratual, por incumprimento contratual e por impossibilidade de cumprimento das demais obrigações assumidas pela DHV, S.A.; recusar o pagamento dos respectivos honorários, por não ter sido concluída a Fase 2 dos trabalhos contratados; não autorizar a libertação das cauções prestadas, e acioná-las a favor do Município, por não terem sido executados e entregues os trabalhos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

previstos na cláusula quarta do contrato de 2007; e por último notificar a DHV, S.A. da decisão definitiva da Câmara, assim como da fundamentação que a sustenta. ----

-----**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A NÃO ACEITAÇÃO DA PROPOSTA DE CESSÃO DE POSIÇÃO CONTRATUAL, POR A MESMA NÃO CUMPRIR OS REQUISITOS LEGAIS; A RESCISÃO DOS CONTRATOS COM A DHV, S.A. E SUBSEQUENTE EXTINÇÃO DA RELAÇÃO CONTRATUAL, POR INCUMPRIMENTO CONTRATUAL E POR IMPOSSIBILIDADE DE CUMPRIMENTO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS PELA DHV,S.A.; RECUSAR O PAGAMENTO DOS RESPETIVOS HONORÁRIOS, POR NÃO TER SIDO CONCLUÍDA A FASE 2 DOS TRABALHOS CONTRATADOS; NÃO AUTORIZAR A LIBERTAÇÃO DAS CAUÇÕES PRESTADAS, E ACIONÁ-LAS A FAVOR DO MUNICÍPIO, POR NÃO TEREM SIDO EXECUTADOS E ENTREGUES OS TRABALHOS PREVISTOS NA CLÁUSULA QUARTA DO CONTRATO DE 2007; E POR ÚLTIMO NOTIFICAR A DHV, S.A. DA DECISÃO DEFINITIVA DA CÂMARA, ASSIM COMO DA FUNDAMENTAÇÃO QUE A SUSTENTA, DE ACORDO COM A INFORMAÇÃO TÉCNICA N.º 177 DE 17/01/2014 DA DPAU.** ----

-----**EMPREITADA DE LIGAÇÃO DE ESGOTOS À ETAR DE MOURA - PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE** -----

-----**DOC.17/05** -----

-----Foi presente informação técnica n.º 13 de 12/02/2014 da DOMC a submeter à apreciação do órgão executivo o plano de segurança e saúde para a empreitada supramencionada, apresentado pela empresa Agrocinco-Construções, SA, adjudicatária da referida obra.-----

-----**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA A EMPREITADA DE LIGAÇÃO DE ESGOTOS À ETAR DE MOURA, NOS TERMOS E COM OS FUNDAMENTOS DA INFORMAÇÃO TÉCNICA N.º 13 DE 12/02/2014 DA DOMC.** -----

-----**EMPREITADA DE PAVIMENTAÇÃO DO RECINTO DO MERCADO DA AMARELEJA - PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE** -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----DOC.18/05 -----

-----Foi presente informação técnica n.º 14 de 13/02/2014 da DOMC a submeter à apreciação do órgão executivo o plano de segurança e saúde para a empreitada supramencionada, apresentado pela empresa Agrocinco-Construções, SA, adjudicatária da referida obra.-----

-----**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA A EMPREITADA DE PAVIMENTAÇÃO DO RECINTO DO MERCADO DA AMARELEJA, NOS TERMOS E COM OS FUNDAMENTOS DA INFORMAÇÃO TÉCNICA N.º 14 DE 13/02/2014 DA DOMC.**-----

-----**EXECUÇÃO DE CANAL DE ÁGUAS PLUVIAIS NA RIBEIRA DE VALE DE JUNCOS, EM AMARELEJA - PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE**-----

-----DOC.19/05 -----

-----Foi presente informação técnica n.º 11 de 11/02/2014 da DOMC a submeter à apreciação do órgão executivo o plano de segurança e saúde para a empreitada supramencionada, apresentado pela empresa Agrocinco-Construções, SA, adjudicatária da referida obra.-----

-----**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA A EMPREITADA DE EXECUÇÃO DE CANAL DE ÁGUAS PLUVIAIS NA RIBEIRA DE VALE DE JUNCOS, EM AMARELEJA, NOS TERMOS E COM OS FUNDAMENTOS DA INFORMAÇÃO TÉCNICA N.º 11 DE 11/02/2014 DA DOMC.**-----

-----**PERÍODO RESERVADO AO PÚBLICO**-----

-----Neste período não se registaram intervenções.-----

-----**VOTAÇÃO DA MINUTA DA ATA**-----

-----De acordo com o disposto no n.º 3, do art.º 92º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, foi elaborada minuta, com os pontos constantes da Ordem de Trabalhos que, depois de lida, foi posta à



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

votação, tendo sido aprovada por unanimidade e assinada pelo Presidente e Secretário. -----

-----ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

-----Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente encerrada a reunião eram dezoito horas. -----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, a qual vai ser presente à reunião seguinte, com vista à sua aprovação e assinatura pelo Presidente e pelo Secretário. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA, 26 de fevereiro de 2014

PRESIDENTE: _____

SECRETÁRIO: _____